



Observatório Ambiental de Alcanena

Ata da 1ª Reunião – 30 de Janeiro de 2018

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar no Auditório da Câmara Municipal de Alcanena a primeira reunião do Observatório Ambiental de Alcanena, tendo estado presentes os representantes das entidades que constam da folha de presenças anexa.

A reunião foi conduzida pela Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alcanena (CMA), Dr.ª Fernanda Asseiceira, enquanto entidade coordenadora deste projeto, que deu início à sessão, agradecendo a presença de todos e apresentando os elementos da Câmara presentes.

Com o início dos trabalhos, foi colocada a votação a primeira deliberação para nomear a Eng.ª Maria João Santos, Técnica Superior da Câmara Municipal de Alcanena, a desempenhar funções no Centro Ciência Viva do Alviela, para secretariar as reuniões do Observatório Ambiental de Alcanena. Deliberação aprovada por unanimidade.

A Exma. Senhora Presidente solicitou a apresentação individual de cada um dos representantes das entidades presentes, reforçando que, caso o Observatório o entenda relevante, poderá vir a integrar outras entidades.

Passou em seguida a apresentar a ordem de trabalhos da reunião: 1 – Enquadramento do Observatório Ambiental de Alcanena; 2 – Caracterização do concelho de Alcanena; 3 – Potencialidades; 4 – Principais problemas ambientais; 5 – Análise e avaliação; 6 – Plano de Ação para 2018.

Deu em seguida a palavra à Eng.ª Maria João Santos para apresentação do ponto 1 da ordem de trabalhos, com o enquadramento inicial da constituição do Observatório Ambiental de Alcanena e os principais objetivos associados, bem como as entidades intervenientes.

Passando ao ponto 2 foi feita uma breve e genérica caracterização do concelho, nomeadamente ao nível do património natural e principais problemas ambientais existentes.

A Exma. Senhora Presidente frisou que as intervenções no território devem ser feitas de forma integrada e por isso o Município pretende dinamizar a economia local, nomeadamente ao nível da indústria, mas simultaneamente, pretende reforçar as potencialidades que o concelho tem ao nível natural, de modo a manter um equilíbrio entre estes dois fatores de desenvolvimento, para que a dimensão social também seja valorizada.



Informou ainda que a criação do Observatório Ambiental já era uma intenção do Município, mas que as últimas situações de proliferação de odores incomodativos e o episódio de poluição na nascente do Alviela vieram antecipar a sua efetivação, passando a elencar as medidas já tomadas e a tomar pela Autarquia e apresentadas já em Reunião de Câmara e de Assembleia Municipal.

De seguida, solicitou ao Eng.º Nuno Silva, do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC), que aprofundasse algumas das medidas implementadas junto da indústria.

De entre as várias medidas em curso, destacou as seguintes:

- Proposta para otimização dos processos relativamente ao pré-tratamento que sai das unidades fabris (classes 1, 2 e 3);
- Questionário colocado às diferentes unidades fabris para quantificar as melhores tecnologias disponíveis já aplicadas;
- Sistematização do horário em que as águas residuais estavam a ser descarregadas no Sistema, evitando a mistura de águas de pH ácido com águas de pH alcalino, o que potencia a geração de gás sulfídrico. Neste momento, entre as 0h e as 3h não é permitida a mistura de águas com pH diferentes, podendo eventualmente estar na origem da melhoria dos maus cheiros.

No que respeita à legalização de empresas ao abrigo do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas, a Exma. Senhora Presidente informou que já decorreram reuniões de concertação com diversas entidades, no sentido de ultrapassar constrangimentos ao nível da revisão do PDM para licenciamento de unidades fabris, tendo sido evidenciando o interesse público.

Relativamente ao episódio de poluição com águas ruças no rio Alviela, transmitiu que já decorreram conversações com as Câmaras Municipais de Porto de Mós e Santarém, para sensibilização no que respeita à verificação do licenciamento e da fiscalização dos lagares.

De seguida passou ao último ponto da ordem de trabalhos, com a proposta de calendarização para apresentação de propostas para o Plano de Ação para 2018, tendo sido proposta a data limite de 23 de Fevereiro, para que o Plano de Ação 2018 possa ser aprovado na reunião de 03 de Abril.

A Exma. Senhora Presidente deu então a palavra aos restantes membros:

- Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC):

O Exmo. Senhor Eng.º Nuno Silva referiu que o CTIC é uma parte interessada nesta questão, encontrando-se disponível para participar ativamente neste projeto.



Mencionou ainda já existirem algumas ideias de propostas a implementar, no sentido de melhorar o desempenho da indústria e simultaneamente a proteção dos recursos naturais.

- Universidade de Aveiro:

A Exma. Senhora Professora Doutora Isabel Capela informou que a Universidade de Aveiro desenvolve muitos trabalhos nestas áreas e pode contribuir com opiniões e ideias no âmbito do trabalho realizado na Universidade e no Departamento de Ambiente, nomeadamente no sentido de valorização dos resíduos produzidos, como é exemplo a valorização energética.

- Ordem dos Engenheiros:

O Exmo. Senhor Eng.º Rui Barreiro referiu que a Ordem dos Engenheiros está disponível para dar o seu contributo, nomeadamente ao nível do aconselhamento técnico. Informou ainda que, neste momento, a Ordem constituiu um grupo de trabalho para o rio Tejo (abrangendo por isso também o rio Alviela), estando a primeira reunião prevista para Santarém, apresentando a possibilidade de poder vir a ser em Alcanena, ou mesmo em Alviela. Sublinhou que este grupo em particular poderá estar mais disponível para colaborar a este nível.

- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV):

A Exma. Senhora Eng.ª Flávia Alfarroba destacou que, no âmbito das competências da DGAV, estão disponíveis para colaborar, nomeadamente ao nível do licenciamento das empresas. Mencionou também ter conhecimento de que a CMA oficiou a DGAV sobre este assunto, não tendo ainda obtido resposta, pelo que deixa o compromisso de saber o ponto de situação, de modo a dar seguimento ao solicitado. Salientou ainda a necessidade de se saber qual o enquadramento correto para o licenciamento da atividade empresarial (classificação de subproduto animal *versus* resíduos industriais).

- Direção-Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-Centro):

O Exmo. Senhor Eng.º Acácio Pedro evidenciou que, apesar da DRAP-Centro não estar na área de intervenção do concelho de Alcanena, estão presentes por causa dos lagares da zona de Porto de Mós. Referiu que atualmente os lagares são atividades do tipo 3 e as competências para o licenciamento são da responsabilidade das Câmaras Municipais, tal como a respetiva fiscalização. Neste momento, a DRAP já não tem competências no licenciamento, tendo passado tudo para as Autarquias, nomeadamente até a solicitação de qual o destino das águas de lavagem / águas ruças. Na fase de licenciamento, importa por isso ter em consideração o encaminhamento destas águas. Salientou ainda que a APA tem informação de quem tem autorização / licenças de descarga no domínio público hídrico, pelo que sugeriu solicitar-se à APA uma relação de quais os lagares que dispõem de título de utilização de recursos hídricos válido. Este assunto deve ser avaliado antes do início da próxima campanha.



Em suma, neste momento, as entidades envolvidas no licenciamento são as Câmaras Municipais para a emissão das licenças de laboração e a APA na emissão das licenças de descarga. Sugeriu assim pegar no histórico da APA e ver os licenciamentos existentes (em vigor ou não) em Alcanena, Santarém e Porto de Mós.

O representante da GNR-SEPNA, Sargento-Ajudante Paulo Batista, interveio, referindo que os colegas de Porto de Mós, aquando das descargas existentes no rio Alviela, suspeitaram de um lagar existente da região de Porto de Mós. Aquando da denúncia, deslocaram-se ao único lagar no concelho de Alcanena que poderia ter influência – o da Serra de Santo António, e não foi detetada qualquer irregularidade. Mas o Núcleo de Proteção Ambiental (NPA) do Destacamento de Torres Novas não tem competências territoriais no Município de Porto de Mós.

O Exmo. Senhor Eng.º Rui Barreiro sugeriu que, de modo a evitar as questões de competências territoriais, nomeadamente das Câmaras e SEPNA, poderia efetuar-se um pedido de intervenção ao Ministério do Ambiente/IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), para a realização de uma ação de fiscalização prévia à campanha de lagaragem de 2018.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro, representante da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), referiu que outra hipótese passaria por a Câmara Municipal de Alcanena, enquanto representada pela CIMT na Comissão de Fiscalização do Tejo, solicitar à APA / IGAMAOT a avaliação territorial sobre este assunto dos lagares.

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT):

O Exmo. Senhor Eng.º Cristiano Amaro congratulou a CMA pelos trabalhos efetuados até à data, que, ao que tudo indica, contribuíram para a melhoria significativa do problema dos maus cheiros, comparativamente com a anterior presença em Alcanena. Referiu ainda uma ação de fiscalização efetuada no final de 2017 a uma empresa de Alcanena que aparentemente está a subalugar o espaço para a curtimenta da pele, sendo que tem uma licença tipo “condomínio/armazéns”. Esta empresa aluga as instalações e não tem licenciamento para operar na indústria e quem aluga o espaço também não tem licença para operar nesse setor.

- Administração-Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT):

A Exma. Senhora Eng.ª Vera Noronha abordou a questão das peles com pelo, referindo que, do ponto de vista da saúde pública, deve ser considerada não só a questão do encaminhamento dos resíduos, mas também a questão do manuseamento dos mesmos por parte dos trabalhadores.



Mencionou ainda ser igualmente importante ter em consideração as empresas que possuem torres de arrefecimento, numa perspetiva preventiva desta questão que está na ordem do dia, nomeadamente ao nível da manutenção destas torres e do controlo da bactéria *Legionella*.

- Unidade de Saúde Pública do ACES Médio Tejo:

O Exmo. Senhor Dr. Carlos Pinto referiu estar disponível para colaborar neste projeto, acrescentando que estão a aguardar os estudos relativos aos poluentes ao nível da qualidade do ar solicitados pela AUSTRA e pela CMA, sendo que irão posteriormente proceder à avaliação dos resultados.

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF):

O Exmo. Senhor Arq. Fernando Faria Pereira iniciou felicitando a CMA pela constituição deste organismo, composto por um conjunto de entidades tão abrangente, estando por isso o ICNF empenhado em colaborar ativamente, até porque Alcanena tem uma grande área inserida em zona de PNSAC, sendo por isso de toda a relevância.

Relativamente aos lagares, salientou que é importante ter presente que este ano foi um ano excecional, com uma grande produção de azeitona. No próximo ano deverá atuar-se preventivamente.

- IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas:

O Exmo. Senhor Doutor João Pimentel, sendo geólogo de formação, não quis deixar de fazer uma referência breve à apresentação inicial de enquadramento do concelho, felicitando também o Município pela iniciativa.

Reportando a encontros anteriores ao nível das competências para o licenciamento da atividade industrial, nomeadamente Municípios, IAPMEI, DGAV, entre outros, renovou toda a disponibilidade para apoiar neste trabalho. Salientou ainda que o licenciamento tipo 3 é apenas comunicativo, meramente um registo, ou seja, o controlo terá de ser feito a jusante, ou através de ações de fiscalização pelas respetivas entidades fiscalizadoras.

Relativamente à empresa referida, o IAPMEI já teve várias interações com esta empresa, verificando tratar-se apenas de uma mera prestação de serviços, não se conseguindo validar a atividade industrial. Encontra-se numa “zona cinzenta” e o IAPMEI não encontra resposta absoluta no imediato, sendo que o processo de licenciamento a nível industrial foi encerrado.

Referiu também que existe uma listagem com 80 unidades industriais com licença de laboração na área dos curtumes, incluindo 13 com classe 1 (inclui parte da ribeira).

Complementou com uma chamada de atenção para a dificuldade de existirem casos em que se tem de trabalhar com 4 regimes legais diferentes nos processos de licenciamento.



Terminou reforçando que o IAPMEI tem todo o interesse em colaborar na elaboração de um plano de intervenção em colaboração com todas as entidades intervenientes.

A Exma. Senhora Presidente salientou que algumas empresas de curtumes foram “desclassificadas” para tipo 3, passando assim todo o processo de licenciamento a ficar muito mais «facilitado e aligeirado», situação com a qual não concorda, conforme já comunicou ao IAPMEI e à DGAV. Sublinhou que não faz qualquer sentido que este tipo de empresas tenha as mesmas regras que, por exemplo, uma pastelaria. Importa por isso refletir sobre esta questão, sendo que esta alteração foi despoletada junto do IAPMEI por via de uma comunicação por parte da DGAV. Considera que deve haver um conjunto de obrigatoriedades que deverão ser acauteladas previamente ao registo / licenciamento, nomeadamente ao nível ambiental. Acrescentou ainda que existem empresas que têm licenças de exploração sem terem as licenças de utilização.

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA):

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro começou por parabenizar a Câmara de Alcanena pela iniciativa, que vem ao encontro dos objetivos da APA e também da própria União Europeia. Todas as sinergias que poderão provir daqui, poderão contribuir para a melhoria significativa das massas de água.

A Exma. Senhora Presidente referiu ter conhecimento da existência de uma estação de monitorização da qualidade do ar na ETAR de Alcanena, sendo que a CMA gostaria de ter acesso aos dados.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro acrescentou que esta estação foi colocada com o objetivo muito específico de monitorizar a qualidade do ar no decurso das obras de remoção das lamas, mas que iria averiguar que dados existiam.

Relativamente à licença de descarga da ETAR concedida à AUSTRAL, referiu que passou a ser muito mais restritiva que a anterior, no sentido do cumprimento dos parâmetros ambientais.

- Direção-Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT):

O Exmo. Senhor Eng.º Luís Filipe Sousa referiu estarem presentes e totalmente disponíveis para participar neste processo, no sentido de colaborar na resolução dos problemas existentes em conjunto.

- GNR-SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente de Torres Novas.

O Exmo. Senhor Sargento-Ajudante Paulo Batista mencionou que a GNR-SEPNA, enquanto força policial, tem competências de fiscalização, estando na primeira linha para dar resposta às denúncias. Por exemplo, no caso dos maus cheiros, receberam mais de 15 denúncias. No caso das águas ruças, foram várias vezes ao terreno mas não conseguiram resolver e encaminharam o processo para as entidades competentes.



Relativamente à poluição no rio Alviela, referiu ainda que foram também detetados problemas nas descargas da ETAR dos Amiais de Baixo.

- Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza:

O Exmo. Senhor Eng.º Domingos Patacho começou por felicitar a CMA pelo convite e pela constituição do Observatório do Ambiente. Referiu que a Quercus tem todo o interesse no apoio / contributo para a resolução dos problemas mencionados. Deixou ainda a seguinte questão para discussão: A poluição do Alviela é apenas decorrente dos lagares ou poderá ser proveniente de outras fontes?

Destacou também a existência de passivos ambientais, nomeadamente a questão das escórias e cinzas no Covão do Coelho, que deveriam ser cadastrados.

Por fim, a Exma. Senhora Presidente questionou os presentes se tinham mais alguma questão a acrescentar, nomeadamente ao nível de sugestões de locais a visitar na próxima reunião do Observatório, proposta para o próximo dia 03 de Abril. Neste âmbito foram sugeridos os seguintes locais: Olhos de Água do Alviela e Olho de Maria Paula em Vila Moreira; Covão do Coelho; Polje de Mira-Minde; ETAR e Aterro e empresa de curtumes.

Ficou planeado o agendamento, para o próximo dia 03 de Abril, de visita à ETAR e Aterro e ao Centro Ciência Viva do Alviela, onde poderá decorrer a reunião no período da tarde.

Nada mais havendo a tratar, a Exma. Senhora Presidente terminou a reunião, agradecendo a presença de todos, reconhecendo a importância dos contributos das diferentes entidades para a concretização do Plano de Ação para 2018, dando assim por concluída a reunião de que se lavrou a presente ata.